

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 14

# DESCOBRIMENTOS, EXPANSÃO E IDENTIDADE NACIONAL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1992

## A IDEIA DE IMPÉRIO NA PROPAGANDA DO ESTADO NOVO

### 1. *O Estatuto Jurídico do Império no Estado Novo*

Quando inserimos esta problemática, no cerne da investigação que presentemente realizamos, fazemo-lo com a expectativa e a dúvida cartesianas que sempre deverão presidir como hipóteses de trabalho, a uma qualquer investigação.

A ideia de império, no seu todo, é uma ideia muito vaga, que terá evoluído desde tempos imemoriais, visto que o fenómeno da colonização é um efeito lógico do desenvolvimento das sociedades humanas, desde a Antiguidade Oriental.

No caso de Portugal a ideia de império começará a ganhar contornos mais visíveis e epistemologicamente mais entendíveis, quando a partir dos primórdios do século XV os portugueses começaram a frequentar mais assiduamente as costas do Norte de África, criando no seu âmago a ideia de uma descontinuidade territorial imanente a um imperialismo marítimo, que iria ter o seu apogeu respectivamente em 1498 e 1500 com as descobertas do caminho marítimo para a Índia e para o Brasil.

Estes eventos pioneiros, em continentes e em espaços geográficos tão diferenciados marcaram, de facto, o início da colonização moderna peninsular e europeia, muito embora assente em pressupostos transitórios efémeros, que passavam pelo domínio do litoral sob a forma de feitorias e ainda pelo intercâmbio de mercadorias e escravos, entendendo-se nesta categoria, o homem como entidade objecto. \*

\* Escola Superior de Educação da Guarda.

A questão do imperialismo marítimo português poderá levantar ainda outras interrogações, sobre a forma como este sistema político, militar, económico e social terá diversificado os seus centros geo-estratégicos de procura e exploração de matérias-primas, de acordo com as conjunturas mundiais, regionais e locais.

Será no fim de contas, aquilo que Magalhães Godinho nos seus *Ensaíos* 0) determinou como complexos histórico-geográficos do imperialismo português, ou mais recentemente Freire Antunes definiu no seu livro *O Factor Africano 1890-1990* (2), como o factor predominante do nosso imperialismo coevo.

Inserindo estas ideias, no contexto espaço-temporal da história do imperialismo português verificamos que, outros factores, para além do africano, foram também explorados como o factor asiático e o factor americano, respectivamente, nas versões de um tráfego comercial e marítimo para a Índia, até aos finais do século XVI, e para o Brasil, a partir do século XVII até às primeiras décadas do século XIX.

Mas a tese do factor africano de Freire Antunes, não se poderá só restringir à relação que Portugal teve com este continente, no período compreendido entre os finais do século XIX e o século XX.

Daí que nesta tese não se possa considerar factor, mas factores, visto que sincronicamente o século XV foi marcado predominantemente por uma relação de Portugal com o continente africano, muito embora essa relação intercontinental esteja matizada por duas filosofias de actuação antagónicas: conquista/ocupação e descoberta/exploração.

Aliás, esta antinomia permaneceu sempre como estrutura de longa duração na filosofia de actuação imperial portuguesa, até quase aos finais da monarquia constitucional, tendo sido apenas com as conferências de Bruxelas, de Berlim e o Ultimato inglês, respectivamente em 1876, 1885 e 1890 (3), que Portugal se viu compelido a ocupar efectivamente as suas colónias, talvez porque e citando o colonialista e alto-comissário de Moçambique António Enes, apesar

O Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaíos, II*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1968, p. 13 ss.

(2) José Freire Antunes, *O Factor Africano — 1890-1990*, Venda Nova, Bertrand Editora, p. 25 ss.

(3) A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Palas Editores, 1986, pp. 205 e 208.

de existir boa terra e mão-de-obra, só faltava aos portugueses capital e iniciativa (4).

Com o eclodir da 1ª República, a filosofia imperial portuguesa não se modificou substancialmente, daquilo que vinha sendo realizado nos últimos anos da monarquia, havendo unanimidade quanto à defesa intransigente do império.

As alterações foram, portanto, mais formais e administrativas. Como de facto, logo em 1910 se alterou a designação da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, para Ministério da Marinha e das Colónias (5), persistindo no entanto a mesma filosofia assimilacionista, embora assente em pressupostos de administração indirecta.

Aliás, a questão mais candente em termos de filosofia imperial, centrava-se desde a Monarquia ao Estado Novo em saber "qual das administrações era mais racional e profícua na aplicação dos princípios assimilacionistas: se a administração directa, se a administração indirecta?" (6).

A questão da "assimilação", bem como de outros conceitos similares, como de "aculturação", "miscigenação", "mulatismo" e "luso-tropicalismo" têm sido usados na propaganda do Estado Novo como virtualidades do imperialismo português, em confronto com outros imperialismos, como o inglês, em que a barreira da cor ("colour bar") levava a desenvolvimentos rácicos diferenciados ("apartheid").

De facto, e, ao contrário do apregoado pelo escol de intelectuais e ideólogos portugueses, desde a Monarquia ao Estado Novo, a "assimilação", nas palavras da socióloga Ana Isabel Madeira instaurou no quotidiano das populações não portuguesas "a eliminação dos traços distintivos da pluralidade social africana ao implicar a alienação absoluta da história da sociedade 'de origem', isto é, a sociedade indígena" (7).

(4) António Enes citado por José Freire Antunes, *ob. cit.*, p. 23.

(5) Em 1911 este Ministério cindiu-se em dois, Ministério da Marinha e Ministério das Colónias, muito embora a Assembleia Constituinte não tivesse dedicado grande importância aos assuntos deste último ministério. (Silva Cunha, *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*, Coimbra, Atlântida Editora, 1977, pp. 84 e 85).

(6) José Luís Garcia, "O Colonialismo português na 1ª República", *Diário de Notícias*, 31 de Março de 1985, p. V

O Ana Isabel da Câmara Madeira, "Nos dias longos de África minha", *Expresso*, 10 de Agosto de 1991.



Em 1917, ano da legislação sobre a assimilação de povos coloniais, 82% <sup>(8)</sup> dos portugueses não estariam em condições de satisfazer os pressupostos exigidos pela mesma lei às populações ultramarinas, nomeadamente no que se refere ao domínio escrito e oral da língua portuguesa, na instrução mínima obrigatória (4ª classe), no exercer de uma profissão financeiramente recompensadora para o sustento da família e, até, no cumprimento do serviço militar obrigatório.

Com o golpe militar do 28 de Maio de 1926, procedeu-se gradualmente à substituição do título V (Da Administração das Províncias Ultramarinas) da Constituição de 1911, sendo finalmente publicado em 1930 o decreto-lei 18.570, que daria corpo ao chamado Acto Colonial, pressuposto jurídico depois integrado na Constituição de 1933, no artigo 133 (§).

O Acto Colonial de 1930, conjuntamente com a Carta Orgânica do Império Colonial Português de 1933 e a Reforma Administrativa Ultramarina, também, de 1933, constituíram, de facto, a bússola normativa dos preceitos pragmáticos imperialistas do Estado Novo, não só, quanto à forma de governo e administração das diversas colónias, como também, quanto à divisão administrativa dos territórios e à competência das autoridades locais.

Escusado será dizer, que a todas estas normas estava subjacente uma filosofia de administração colonial demasiado centralizada nas prerrogativas políticas, económicas e administrativas emanadas da metrópole portuguesa.

Assim, o professor Gonçalves Pereira, em 1951, no opúsculo *Novas Perspectivas para o Ultramar* era elucidativo quanto às *nuances*, que a terminologia imperialista portuguesa deveria adoptar, para manter incólume o princípio do centralismo unitário.

"A unidade geográfica, política, moral e social é incontestável; mas é evidente que a recente reforma constitucional <sup>(10)</sup>, eliminando do

<sup>(8)</sup> José Luís Garcia, *ob. cit.*, p. V.

O Silva Cunha, *ob. cit.*, p. 88.

<sup>(10)</sup> A reforma constitucional, a que se refere o professor Gonçalves Pereira, verificou-se pela lei nº 2.048, de 11 de Junho de 1951, que integrou o Acto Colonial na Constituição de 1933. Mais tarde e pela lei nº 2.066, de 7 de Junho de 1953, que aprovou uma lei muito mais centralizadora sobre a administração do Ultramar português, a Carta Orgânica do Ultramar Português de 1953.

nosso vocabulário político e administrativo a palavra 'colónia', abraçou, de modo definitivo e integral, a teoria da unidade" O<sup>1</sup>).

Com este artifício formal e linguístico procurava, então, Portugal, escapar às pressões da opinião pública internacional expressas através desse areópago que é a O.N.U. (Organização das Nações Unidas), remetendo um assunto do direito internacional público, a posse do seu império, para um assunto do foro privado, que evoluíra através de um pretenso direito histórico de descoberta, para uma incorporação geográfica descontínua que ia do Minho a Timor.

## 2. Ideologia do Império do Estado Novo. Uma invenção Salazarista?

As nações necessitam para subsistir no tempo, de reproduzir toda a carga psíquica e emotiva, que apela para os valores tradicionais do passado (12).

Neste caso, da ideologia imperial do Estado Novo, poder-nos-emos interrogar, se de facto este regime dispõe de mecanismos de distribuição cultural importantes.

No caso afirmativo, da vigência desses mecanismos, como controlou este regime as instituições e os centros reprodutores de informação sobre o império?

Referia, então, Gonçalves Pereira, na obra já atrás citada, que é curioso o paradoxo de que se tem sido difícil criar na metrópole uma "mentalidade colonial", logrou-se todavia formar no Ultramar "uma mentalidade lusitana" (13).

Partindo da falácia, que se criara no Ultramar uma "mentalidade lusitana", o académico colonialista reconhecia que não se formara na metrópole uma "mentalidade colonial". O mesmo será dizer, que para Gonçalves Pereira a aculturação só se faria pela assimilação da cultura europeia, e não pelo vector recíproco da cultura africana.

Conclui-se, por conseguinte, que em termos de padrões

(<sup>1</sup>) Armando Gonçalves Pereira, *Novas perspectivas para o Ultramar*, Lisboa, Editorial Império, 1951, p. 13.

(12) António Quadros, *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos 100 anos*, Lisboa, Fundação Lusíada, 1989, p. 17.

(13) Armando Gonçalves Pereira, *ob. cit.*, pp. 12 e 13.

culturais, um deles se hegemonizava em relação ao outro, o que na perspectiva de Claude Lévi-Strauss isso seria uma forma de etnocentrismo<sup>(14)</sup>.

Aliás, o discurso antropológico do Estado Novo, com raras exceções, que acabavam sempre por confirmar a regra, acentuava sistematicamente o lado miserável e não civilizado do africano, em contraponto ao lado civilizador e voluntarioso do português.

"Uma barca com tripulantes negros, esfarrapados, que vem na direcção do vapor, deu-me uma sensação de uma abordagem de piratas — era a pobre gente inofensiva que vinha descarregar carvão... Surpreendeu-me este painel de miséria, mas até mesmo aqui se expande o génio português, sabendo erguer cidades e talhando portos entre mórbidas paisagens de maldição. Começam meus olhos a certificar-se de que as nossas colónias são uma realidade criada pelo sacrifício dos portugueses"<sup>(15)</sup>.

A confirmar esta acepção, da não formação de uma elite africana dita "*civilizada*" estão os números do censo demográfico de 1950, em que apenas 30 000 indivíduos em Angola e 5 000 em Moçambique, fora dado o estatuto de "*assimilado*"<sup>(16)</sup>.

Constatamos, também, que não havia uma "*mentalidade colonial*", nem vontade e condições estatais para fomentar o surto migratório para as colónias.

Deste modo, em 1945, em Angola, havia apenas 44 000 portugueses brancos, enquanto em Moçambique, esse número se cifrava em apenas 31 000. Nas décadas de 50 e 60 esses números aumentaram, respectivamente, para 100 000 e 300 000 colonos em Angola e 50 000 e 100 000 em Moçambique. Nesta última antiga colónia portuguesa, no final da década de 60, o número duplicara<sup>(17)</sup>.

(14) Claude Lévi-Strauss, *Raça e História*, Lisboa, Editorial Presença, 1973, p. 19 ss.

(15) Julião Quintinha, *Novela Africana*, Lisboa, Casa Editora Nunes de Carvalho, 1933, pp. 51 e 52.

(16) Rui Pereira, "O Desenvolvimento da Ciência Antropológica na Empresa Colonial do Estado Novo" in *Actas do Coloquio do Estado Novo — Das Origens ao Fim da Autarcia*, Lisboa, Edição policopiada da Organização, 1986, p. 16.

(17) A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 556.

3. *Pressupostos para tuna investigação sobre a ideia de Império no Estado Novo*

- No caso de se querer procurar as causas, da maior ou menor importância do Império no imaginário português, como encetar a investigação?
- Terá existido uma ideologia do Império no Estado Novo?
- Essa ideologia estará no seguimento de uma evolução dos regimes monárquico e republicano?
- Em que vectores se terá feito sentir esta ideologia?
- Na educação, na ciência, na cultura?

Na educação, a ideia de Império deverá estar presente nos programas de Ensino emanados do Ministério da Educação Nacional. Mas também, nos livros escolares mais permeáveis à passagem destas ideias como os compêndios de História, Geografia, Organização Política e Administrativa da Nação e ainda nos livros de leitura para o Ensino Primário, Liceal e Técnico.

Inclusivamente, pelo decreto número 21.014 de 19 de Março de 1932, tornara-se obrigatório a inserção nos livros de leitura adoptados oficialmente de excertos de vários autores como Camões, Manuel Bernardes, Ramalho Ortigão, Afonso Lopes Vieira, Agostinho de Campos, Sidónio Pais, Alfredo Pimenta, António Correia de Oliveira, Oliveira Salazar, etc., etc.

Curioso será referir esta quadra de Afonso Lopes Vieira, sobre o sentido épico do português, num dos livros de leitura do Ensino Primário:

"Que era de antes o mar? Um quarto escuro/Onde os meninos tinham medo de ir.../E agora o mar é livre e é seguro/E foi um português que o foi abrir" (18).

Nos livros infantis da época, será interessante reparar no conteúdo simbólico de certos títulos e associá-los com o que está para além do imaginário da criança "metropolitana". Títulos como a *Joanita Africanista* de Emilia de Sousa Costa, *História de Balu Pretinho da Guiné* de Gabriel Ferrão, *OPretinho* de Irene Patrocínio, *A Princesa negrita: Novela Infantil* de Arlete Navarro, revelam sobre a forma de diminutivos, o modo paternalista e protector como essas personagens eram tratadas.

(18) Afonso Lopes Vieira in A. C. Pires de Lima, *Portugal — Livro de Leitura*, Classes I-II-III, Porto, Edição do Autor, 1930, p. III.

Sugestivo, também, será analisar a ideia de Império na Memória Histórica Oficial, nomeadamente a nível da toponímia e estatúária nacional, regional e local.

Por uma amostragem já realizada numa cidade da Beira Interior (Guarda), poderemos concluir, sem generalizações abusivas, que personagens dos vários ciclos do Império ligadas à região como Pedro Álvares Cabral e João de Almeida, "*o herói dos Derribos*", ou de outras regiões e épocas como Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Paiva Couceiro, Serpa Pinto, Alves Roçadas, Tenente Valadim, Mouzinho de Albuquerque povoam os largos e ruas desta cidade serrana.

Merecerá, também, destaque, referir a toponímia transposta para as principais cidades e vilas do Império, como por exemplo:

Em Angola: Sá da Bandeira, Henrique de Carvalho, Silva Porto, Serpa Pinto, Mariano Machado, Alves Roçadas, Pereira de Eça, Teixeira de Sousa, Teixeira da Silva, João de Almeida, Vila Arriaga, Salazar, Carmona.

Em Moçambique: Porto Amélia, Vila Paiva d'Andrada, António Enes, Vila Machado, Vila Junqueiro, João Belo, Vila Cabral.

- Na Guiné : Teixeira Pinto.
- Em São Tomé e Príncipe: Infante Dom Henrique.
- Na Índia: Vasco da Gama.

Nota-se, também, para a toponímia das cidades e vilas imperiais a transposição de nomes de aglomerados metropolitanos, a que se acrescentava muitas vezes o qualificativo "*Novo*".

Deste modo poderemos apresentar os seguintes exemplos:

- Na Guiné: Nova Lamego.
- Em Angola: Nova Lisboa, Nova Sintra, Novo Redondo, Nova Gaia, Nova Chaves, Macedo de Cavaleiros, Freixo-de-Espada-à-Cinta, Avis, Viana, Santa Cruz.
- Em Moçambique: Nova Freixo, Entre-os-Rios, Olivença, Gouveia.
- Na Índia: Paço d'Arcos.

Relativamente à estatúária, poderemos afirmar, embora, ainda, não tenhamos feito um levantamento circunstanciado por colónia, que se encontram em quase todas elas as estátuas dos primeiros descobridores, dos heróis da ocupação e das figuras gradas do regime.

- Na Guiné: Estátua de Teixeira Pinto.
- Em S. Tomé: Estátua de João Santarém.
- Em Angola as estátuas de Henrique de Carvalho, Silva Porto.

- Em Moçambique as estátuas de Mouzinho de Albuquerque, Neutel de Abreu.
- Na Índia a estátua de Afonso de Albuquerque.
- Em Macau a estátua de Ferreira do Amaral e de Vicente Nicolau de Mesquita.

Muitas destas obras plásticas revelavam as ideias do salazarismo, consubstanciadas no "anti-liberalismo, no autoritarismo, no estatismo, no nacionalismo, no corporativismo, no catolicismo, na democracia orgânica, no tríptico mitológico de Deus, Pátria, Família, estão no óbvio, no descritivo e no didáctico da fase Ferro, mas também estão no monumentalismo, no colossalismo aqui possível, na teoria dos heróis, no discurso do Império, no colonialismo artístico de espadas e de cruzes, de guerreiros e missionários, na retórica dos símbolos, no bom povo coreografado para ser trabalho musculado e obediente, nas alegorias da Família, na maneira de ver a Mulher-Mãe, na cidade burguesa, sólida, que cita, nas suas fachadas, História e Artesanato" (ig).

No respeitante à Filatelia, pelo levantamento que fizemos, poderemos encontrar motivos do Império em selos relacionados com exposições Coloniais, com Centenários Comemorativos, Monumentos da Expansão, Navegadores e Navios das Descobertas, com Congressos Coloniais Culturais e Científicos, com Efemérides Coloniais, Vistas, Paisagens, Fauna, Flora e Motivos Humanos Coloniais, Numismática e Heráldica Colonial (20).

Relativamente ao cinema, haverá que fazer um levantamento sobre as obras que o Secretariado da Propaganda Nacional primeiro, a partir de 1933, e depois o Secretariado Nacional da Informação em 1944, apoiavam e incentivavam.

Aliás, havia mesmo um Fundo Cinematográfico Nacional que dava apoio a obras de carácter regional/folclórico, histórico, policial, documentários sobre paisagens, cidades, vilas e monumentos do país, filmes de essência poética e baseados em romances prestigiados.

Na opinião do responsável pelo SPN/SNI até 1950, António Ferro, "o cinema é acima de tudo um grande livro de histórias" e principalmente, se esse cinema for de carácter histórico, terá sempre

(ig) Artur Portela, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Lisboa, ICALP, 1987, pp. 132 e 133.

(20) *Catálogo Eládio de Santos — Selos de Portugal Continental, Insular e Ultramarino*, Lisboa, Oficinas Albano Tomás dos Anjos, 1967, 28ª edição, p. 9 ss.

a possibilidade de elevar o sentido espiritual dos seus apreciadores<sup>(21)</sup>.

No respeitante a filmes e realizadores, que se tenham debruçado sobre a problemática imperial, entre outros, destacaremos a obra de António Lopes Ribeiro, nomeadamente o filme feito por encomenda do SPN para difundir e perpetuar as virtualidades da Exposição do Mundo Português de 1940, exposição símbolo das comemorações do duplo centenário da Fundação e Restauração da Nacionalidade.

Esta encenação da propaganda salazarista, numa altura sombria para o futuro da Europa e do Mundo, pois estava-se no início da 2-Guerra Mundial, procurava através de uma perspectiva mais modernizante, naquilo que Douglas Wheeler chamava de "gótico fascista"<sup>(22)</sup>, assinalar a prosperidade e a independência de um país com 800 anos de vida, 300 de autonomia restauracionista e de 10 anos de Estado Novo.

Nada melhor do que o cinema, como mensagem simbólica desta exposição comemorativa para levar a sua mensagem ao povo português, aos países estrangeiros, sobretudo ocidentais e aos povos colonizados.

A construção da imagem e da banda sonora, ao mesmo tempo grandiosa e hierática, quando se referia ao Poder, mas também graciosa e afável, quando se referia ao Povo, serviam para de um modo mais directo, mas também mais perene, manipular factos, objectos, imagens, no sentido de construir representações deturpadas da realidade, determinadas por circunstâncias de uma euforia nacionalista fictícia, conseguida à custa de uma maior centralização do poder político, nas mãos da figura que o tutelava, Salazar<sup>(23)</sup>.

No que diz respeito, a uma investigação sobre a "*ideia de império na divulgação*", muitas vias se poderão abrir a este tema.

Assim, poder-se-á fazer uma pesquisa centrada nas Bibliotecas das Casas do Povo, pesquisa, aliás, já encetada há uns anos atrás pelos Professores Reis Torgal e Carvalho Homem na Biblioteca da

<sup>(21)</sup> António Quadros, *António Ferro*, Lisboa, Edições Panorama, 1963, p. 165.

<sup>(22)</sup> Esta perspectiva não era extensiva ao monumento do Infante D. Henrique, que Wheeler considerava de concepção brilhante e desfasado do restante conjunto arquitectónico in Douglas L. Wheeler "O Duplo Centenário de 1940", *Diário de Notícias*, 10 de Junho de 1980.

<sup>(23)</sup> Ângela Guimarães, *O Labirinto dos Mitos*, Lisboa, Edição Policopiada do Colóquio sobre o Estado Novo – *Das Origens ao Fim da Autarcia*, 1986, p. 12.

Casa do Povo de Souselas, com resultados profícuos, sobretudo na listagem de obras de vária índole encontradas nesta Biblioteca.

No que concerne à temática ultramarina, recensearam-se uma dezena de obras de assuntos tão variados, que passavam por questões de expansão territorial no Brasil, até a um livro sobre as lendas de Macau.

Para estes professores universitários, a temática ultramarina era particularmente considerada pelo Salazarismo, porque este regime "sempre encarou o 'Império' como a suprema expressão da criatividade lusíada, como a realização mais exultante do nosso génio ecuménico, como a mais acabada exemplificação da vocação missionária e civilizadora de Portugal" (24).

As coleções do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) e do Secretariado Nacional de Informação (SNI), a partir, respectivamente, de 1933 e de 1944, e ainda, da Agência Geral do Ultramar, congregavam um certo número de livros sobre o império que será importante consultar, para se chegar a alguma conclusão sobre essas figuras carismáticas da expansão e da colonização Portuguesas.

A coleção "*Pelo Império*", da Agência Geral das Colónias, apresenta 131 títulos, dos quais destacaremos as principais figuras da expansão marítima como Cristovão da Gama, Pero da Covilhã, Diogo Cão, Pedro Nunes, D. João de Castro, Duarte Pacheco Pereira; importantes figuras e heróis da ocupação como Roçadas, Henrique de Carvalho, Mouzinho de Albuquerque, Pereira d'Eça, Aires d'Omelas, Serpa Pinto, António Enes, Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens, Neutel de Abreu, Caldas Xavier, Silva Porto, Freire Andrade; ou ainda títulos como a *Dilatação da Fé no Império Português*, *Glórias e Martírios da Colonização Portuguesa*, *Efemérides do Império Colonial Português*, *Nótulas à Margem da História Militar Colonial O Sentido do Imperialismo Português*.

As edições da Sociedade de Geografia de Lisboa, nomeadamente as que se referem às semanas do Ultramar, evento que esta sociedade oitocentista criada para promover o fomento, a exploração e a ocupação do Ultramar Português realizava todos os anos desde 1927, também, se referiam a esta problemática.

Publicações como *A mulher na Família do Colono*, *Conselhos Po-*

(24) Luís Reis Torgal e Amadeu Carvalho Homem, "Ideologia Salazarista e cultura popular — análise de uma biblioteca de uma casa do povo", *Análise Social (A Formação de Portugal Contemporâneo —1900-1980)*, Vol. I, n<sup>2</sup>s 72-73-74, 1982, p. 1 450.



*Uticos aos Colonos sobre Economia e Administração, Alguns Preceitos de Higiene Tropical, Breves conceitos para um ideário da Colonização Portuguesa, Habitação do Colono (Alguns conselhos Práticos), Como o Colono se deve preparar para a sua viagem, Colonização de Povoamento, Unidade e Cooperação entre Metrópole e Ultramar, Política Ultramarina de Portugal, A vida Social nas Colónias*, resultaram destas semanas de promoção do Ultramar. Também, certas revistas de cultura ultramarina são um bom manancial para se encontrarem crónicas sobre a vida colonial de então, bem como sobre as intenções e atitudes das autoridades e dos particulares, da metrópole e das colónias, em relação às populações e matérias-primas tropicais.

Destes múltiplos periódicos, poderemos destacar pela variedade e qualidade de assuntos o *Boletim da Agência Geral das Colónias* (1925), depois chamado *Boletim Geral do Ultramar* (1951), *Estudos Coloniais-Revista da Escola Superior Colonial*, desde 1948 e continuada em 1957 pela revista *Estudos Ultramarinos*, revista *O Mundo Português-Cultura e Propaganda, Arte e Literatura Coloniais*, desde 1934 a 1947 - Iª Série, *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos-Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa*, desde 1951 a 1957, e, ainda, o *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, publicado ininterruptamente, desde o séc. XIX em várias séries.

Relativamente ao *Boletim da Agência Geral das Colónias*, um dos periódicos com mais informação colonial e com maior longevidade, o seu primeiro número remonta a Julho de 1925 e publicou-se até 1970, altura em que o império colonial português entrou em ruptura.

Fora criado à semelhança de outros Boletins congéneres, como o francês, para publicitar o mais possível as colónias portuguesas, não só em território nacional, mas também noutros territórios que se interessavam pela problemática colonial.

Debruçavam-se os seus artigos por questões técnicas relacionadas com as colónias e instituições coloniais da metrópole portuguesa, bem como por problemas mais instantes da administração e vida ultramarinas.

Publicaram-se, também, estudos de propaganda e divulgação das colónias portuguesas, que para melhor compreensão no estrangeiro, vinham acompanhados por súmulas em inglês e francês.

Também era oferecido por este periódico uma bibliografia e uma legislação actualizadas de assuntos coloniais e, ainda, a cotação das várias matérias-primas e do movimento de actividades da Agência Geral do Ultramar.

Apresentava uma última secção intitulada "Lugares selectos

da biblioteca colonial portuguesa", onde até à reestruturação encetada no início da década de trinta, se revelava de urna forma criteriosa a memoria das principais figuras do passado.

Em 14 de Março de 1932, pelo decreto 21.001 o Boletim vai ser reorganizado, deixando Armando Cortesão de ser seu director, tendo passado para o mesmo cargo o tenente-coronel Garcês de Lencastre, que transitava da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa.

A prioridade, agora, no contexto de um Estado Novo emergente, era, nas palavras do Ministro das Colónias Armino Monteiro, colmatar duas grandes lacunas da administração colonial de então: "a falta de unidade de pensamento, falta de unidade de acção" (25).

Com duas novas secções, a "Crónica Colonial" e a secção de "Vida Ultramarina", que procuravam publicitar o mais possível os *fait divers* da administração colonial portuguesa, o Boletim tornava-se, no contexto de uma nova filosofia assente na consolidação de uma unidade imperial, no órgão oficioso do regime e do ministério governamental por que tinha sido tutelado.

Tinha desaparecido, como filosofia editorial, o discurso de um colonialismo descomprometido, liberto de peias directivas; no fim de contas, o discurso que a República democrática tinha reproduzido, no pouco tempo em que o Boletim estivera sob sua influência ideológica (1925-1932) (26).

#### 4. Conclusões

A ideia de império, será uma ideia, que evoluiu diatónicamente ao longo dos vários séculos da História da Humanidade.

Neste sentido, não houve império, mas impérios, situados no contexto espaço-temporal das diversas conjunturas da ordem internacional e nacional, então, vigentes.

(25) Palavras proferidas pelo Ministro das Colónias, Dr. Armino Monteiro, no almoço da Escola Superior Colonial, realizado no vapor "Niassa", em 12 de Março de 1932 e transcritas pelo *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VIII, Julho de 1932, p. 3.

(26) José Luís Garcia, "O Boletim da Agência Geral das Colónias e um caso de censura a propósito do inquérito colonial do Jornal do Comércio e Colónias", in *Actas policopiadas do colóquio sobre o Estado Novo — Das Origens ao Fim da Autarcia — 1926-1959*, 1986, pp. 5 e 6.

No próprio contexto do regime do Estado Novo português, houve várias conjunturas.

Uma primeira, com o Acto Colonial (1930) e a Carta Orgânica do Império Colonial Português (1933), que por princípios unificadores, jurídicos, legislativos e administrativos implantou um novo pressuposto regulador do Império, a administração directa e centralizada, com a consequente debilitação do regime autonómico anterior aos Altos Comissários;

Uma segunda conjuntura, com a lei Orgânica do Ultramar Português de 1953, que reforçou e definiu melhor a regulamentação anterior, tendo em vista garantir um melhor e progressivo controlo da economia colonial.

Neste sentido, esta segunda conjuntura do regime apontava para quatro princípios fundamentais interligados entre si: unidade política com integração territorial, diferenciação administrativa, solidariedade económica imperial, e assimilação espiritual e cultural, com subjugação social, política e económica.

Uma terceira conjuntura surgiu em 1961, com o início da luta de libertação armada em Angola, que levou a uma reciclagem apresada do regime, através da legislação aprovada sobre abolição das culturas obrigatórias, do trabalho compelido e do estatuto do indígena to.

Assim, e no enquadramento de uma estrutura política de longa duração com várias conjunturas, o conceito de império terá de assumir várias *nuanças*, e, conseqüentemente a sua divulgação e propaganda, obedecerá, também, a estas mutações.

Para se conhecer as diversas formas de propaganda deste conceito, será necessário encetar uma investigação, que no caso em questão, poderá passar, de acordo com a proposta programática que presentemente testamos, por uma plataforma tripartida assente em pressupostos subjacentes à *ideia de Império no Ensino e na Ciência*, à *ideia de Império na Divulgação*, e à *ideia de Império na Memória Histórico-Oficial*.

Só depois desta investigação, poderemos concluir, pela cultura ou incultura das elites e restante população metropolitana portuguesa, face ao seu património imperial.

De qualquer modo, avançaremos como hipótese de trabalho a testar, por uma cultura imperial deficientemente assimilada, caracterizada por um tom paternalista, de cariz etnocêntrico e racista, comum a outras estruturas ideológicas ocidentais similares.